



Projeto que reforça segurança de barragens vai para a Câmara

Ricardo Stuckert/Fotos Públicas



O projeto que reforça o controle sobre barragens no país foi aprovado apenas 34 dias após a tragédia de Brumadinho

Resposta legislativa à tragédia de Brumadinho, a proposta aprovada ontem nas Comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente aumenta penas para envolvidos em crimes ambientais

Projeto da senadora Leila Barros que reforça a segurança da exploração mineral no país foi aprovado ontem por duas comissões do Senado: a de Meio Ambiente e a de Constituição e Justiça.

Além de reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens, o projeto endurece as penas para envolvidos em crimes ambientais que causem mortes, torna mais rígidas as regras de responsabilização civil e administrativa dos causadores de tragédias e proíbe a construção de reservatórios

pelo método de alteamento a montante, em que a barragem vai crescendo em degraus, utilizando o próprio rejeito da mineração.

Aprovada 34 dias após a tragédia de Brumadinho (MG), a proposta aproveitou sugestões de outros senadores e trechos de projetos que já tramitavam no Senado.

Agora o texto será entregue pessoalmente por senadores ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Eles querem que os deputados votem a proposta com a mesma rapidez com que ela foi aprovada no Senado. **3**

Ministra defende mineração e agricultura em terras indígenas

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou ontem, em audiência pública na Comissão de Agricultura, que a lei deve mudar para facilitar a produção mineral e agrícola em terras indígenas. **4**

Davi: comissão especial será criada após CCJ da Câmara

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse ontem que a comissão especial para acompanhar a reforma da Previdência será criada após a instalação da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. **2**

Polícia poderá dar medida protetiva a mulheres

A Comissão de Direitos Humanos aprovou ontem projeto que permite a policiais decidir, em caráter

emergencial, sobre medidas protetivas para mulheres em situação de violência doméstica. A proposta segue

agora para Comissão de Constituição e Justiça. Após a votação, a comissão debateu a violência contra a mulher. **4**



Paulo Paim preside debate com a embaixadora da Áustria, Irene Giner-Reichl (2ª à esq.), e Ilana Trombka (2ª à dir.)



Mara Gabrilli vai presidir o novo colegiado sobre doenças raras

Subcomissão vai estudar políticas públicas para doenças raras

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem uma subcomissão para avaliar e propor melhorias nas políticas públicas destinadas a tratamento de doenças raras. Foi aprovado também projeto que profissionaliza a atividade de motorista de coletivo. **2**

Sergio Moro deve ser ouvido em colegiado 4

Plenário dá aval a dois acordos internacionais 2

Ministro estará na Comissão de Meio Ambiente 3

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

SENADO FEDERAL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão especial será criada depois da Câmara, diz Davi

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, informou que vai esperar a Câmara instalar a sua Comissão de Constituição e Justiça para criar um colegiado especial para acompanhar a reforma da Previdência

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, disse ontem, que vai aguardar a instalação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados para criar a comissão especial do Senado que vai acompanhar as discussões da proposta da reforma da Previdência enviada pelo governo ao Congresso este mês.

Davi afirmou que o interesse da comissão especial é acompanhar “o debate e o diálogo travado na Câmara e levar a mensagem do Senado”.

— Os líderes vão acompanhar, sem poder de voto, mas com poder de voz e de articulação política, para que a gente possa sugerir algumas alterações aos deputados que compõem a CCJ e adiantar a tramitação da matéria.

Perguntado sobre a reforma da Previdência dos militares, o presidente do Senado disse que todos têm de dar sua contribuição, inclusive deputados, senadores e militares.



Jane de Almeida/Agência Senado

Davi disse que senadores estão insatisfeitos com limitações em benefícios

Em almoço ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, Davi expressou a insatisfação dos senadores com relação às propostas de limitação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da aposentadoria rural, previsto na reforma da Previdência. Ele informou que deverá ser concluído na próxima semana

na um estudo sobre todos os itens do texto da reforma, permitindo avaliar os pontos polêmicos.

De acordo com o presidente do Senado, Paulo Guedes acredita na resposta positiva do Congresso às alterações na Previdência. Na reunião, informou Davi, ficou clara a busca de um “diálogo permanente com a sociedade” para a definição da reforma.

Reforma corta direitos de quem mais precisa, diz Humberto Costa

Humberto Costa (PT-PE) disse ontem que a reforma da Previdência é marcada pela “lógica ultrapassada de cortar direitos e excluir os que mais precisam da rede de proteção do estado”.

— Para o trabalhador rural, que sente o peso de uma enxada, de sol a sol, em condições muitas vezes inóspitas, Bolsonaro aumentou para 20 anos o tempo mínimo de contribuição e quer exigir a efetiva comprovação do recolhimento, além de equiparar a idade mínima entre homens e mulheres.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Previdência deve proteger mais fracos, defende Lucas Barreto

Lucas Barreto (PSD-AP) disse em Plenário que, embora respeite a posição da equipe econômica, discorda de alguns termos da reforma da Previdência. Segundo ele, o sistema de seguridade, que inclui a Previdência, foi idealizado na Constituição como direito fundamental e deve visar sempre à melhoria nas condições de vida dos mais fracos e daqueles que ajudaram a construí-la.

— Não se pode pensar numa Previdência que trate todos os trabalhadores de forma igual, porque o trabalho não é igual.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Eduardo Braga comemora 52 anos da Zona Franca de Manaus

Eduardo Braga (MDB-AM) comemorou ontem os 52 anos da Zona Franca de Manaus. A prática de incentivos fiscais, recentemente renovada até 2073, foi avaliada pelo senador como responsável pelo êxito econômico e social do Polo Industrial de Manaus.

— O projeto Zona Franca de Manaus, e posteriormente das outras áreas de livre comércio, foi a resposta que o Brasil deu ao problema da estagnação econômica da Amazônia Ocidental, uma região imensa de importância estratégica para o Brasil.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Eliziane elogia posição do vice Mourão sobre crise na Venezuela

Eliziane Gama (PPS-MA) elogiou o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, que a seu ver tem manifestado posição moderada em relação à crise da Venezuela. A senadora criticou o governo do venezuelano Nicolás Maduro, a quem chamou de ditador, mas se disse contrária a qualquer iniciativa que resulte em ação militar externa naquele país.

— Em meio ao que está acontecendo, surge uma voz coerente, a do vice-presidente da República, taxativamente contrário a uma intervenção.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vale investiu R\$ 1 bilhão em publicidade na mídia, afirma Kajuru

Jorge Kajuru (PSB-GO) afirmou em Plenário que a Vale decidiu investir nos últimos dias R\$ 1 bilhão em publicidade na mídia nacional. E criticou a mineradora, que protege seu presidente.

— A nossa consciência deve decidir o oposto do que a voz da mídia corporativa sussurra maledicentemente em nossos ouvidos para nos convencer de que, na verdade, o presidente da Vale, senhor Fabio Schwartsman, não tem ideia dos motivos do acidente, não tem culpa e não pode ser condenado.



Jonas Pereira/Agência Senado

RÁPIDAS

ACORDO FACILITA AJUDA DE BUSCA E SALVAMENTO

Aprovado ontem acordo que facilita cooperação entre países americanos nas operações de busca e salvamento, como em acidentes aéreos e em desastres ambientais.

BRASIL E ETIÓPIA TERÃO COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

O Senado aprovou ontem acordo internacional para cooperação educacional entre Brasil e Etiópia. O texto foi assinado na capital etíope, Adis Abeba, em 2013.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senadores aprovam projeto que reforça controle sobre barragens

Aprovado ontem nas Comissões de Constituição e Justiça e de Meio ambiente, texto aumenta penas para envolvidos em crimes ambientais

O SENADO DEU uma resposta ontem à tragédia de Brumadinho (MG) ao aprovar o projeto que reforça a segurança da exploração mineral no país. O PL 550/2019 passou na Comissão de Constituição e Justiça e, logo depois, na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Com isso, a proposta seguirá para a Câmara, se não houver recurso para envio ao Plenário.

Além de reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a proposição endurece as penas para os envolvidos em crimes ambientais que causem mortes, torna mais rígidas as regras de responsabilização civil e administrativa dos causadores de tragédias, como as de Minas Gerais, e proíbe a construção de reservatórios pelo método de alteamento a montante — aquele em que a barragem vai crescendo em degraus, utilizando o próprio rejeito da mineração.

Construção coletiva

O projeto é de autoria da senadora Leila Barros (PSB-DF), mas o texto aprovado é também resultado de uma construção conjunta dos senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que foram relatores na CCJ e na CMA, respectivamente. Eles ainda aproveitaram sugestões do PL 635/2019, de Lasier Martins (Pode-RS) e de Eliziane Gama (PPS-MA) e do PLS 224/2016, do ex-senador

Ricardo Ferraço, que passou a ser considerado prejudicado.

Os senadores fizeram um acordo para que a CCJ votasse o texto, encerrasse seus trabalhos antecipadamente e enviasse o projeto imediatamente para análise da CMA, que já tinha reunião agendada para as 11h30 de ontem. Atendendo sugestão de Randolfe, integrantes das duas comissões vão pessoalmente à Câmara para entregar o projeto ao presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Debates

Durante a discussão na CMA, Lasier lembrou que a proposta foi aprovada apenas 34 dias depois da tragédia de Brumadinho e disse esperar que a Câmara vote o texto com a mesma agilidade.

— Estamos dando uma resposta legislativa ao país num

tempo recorde. Esperamos que a Câmara dos Deputados seja ágil também, porque a sociedade brasileira estava precisando dessa iniciativa.

O senador Otto Alencar (PSD-BA) afirmou que não conhece no mundo um país mais irresponsável com o meio ambiente do que o Brasil. Para ele, um projeto como esse deveria ter sido aprovado após o acidente de Mariana, em 2015, mas o lobby das mineradoras na ocasião foi mais forte.

— Esse desastre de Brumadinho é doloroso. São 350 pessoas que perderam a vida por total irresponsabilidade da Vale.

Na CCJ, o senador Jorge Kajuru (PSB-GO) também fez duras críticas à diretoria da Vale e reclamou da imprensa, que, segundo ele, está esquecendo aos poucos os mortos e os vivos do desastre

de Brumadinho.

— Já não há mais comoção nem atenção da mídia. Estão sendo deletadas dos textos jornalísticos cujo propósito verdadeiro é salvar os negócios — disse.

O senador Carlos Viana (PSD-MG) elogiou principalmente dois pontos do projeto: a destinação do dinheiro de multas à região afetada e a continuidade do pagamento, pela empresa, da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

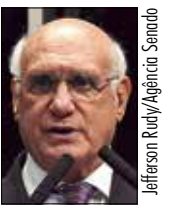
— Mariana sofreu um sentimento estranho e de ambiguidade, pois apesar da tristeza com os mortos, havia o medo do desemprego e do esvaziamento econômico da cidade. Além disso, o município não recebeu um tostão sequer do dinheiro das multas aplicadas. Esse projeto corrige isso.



Ao lado de Jorginho Mello (D), a presidente da CCJ, Simone Tebet, comanda a votação do projeto sobre barragens

Lasier ressalta proposta sobre exploração mineral

Lasier Martins (Pode-RS) parabenizou em Plenário os senadores pela aprovação do projeto



que reforça a segurança da exploração mineral e endurece as penas para os envolvidos em crimes ambientais. O senador disse que três emendas suas foram acolhidas. Entre elas, a proibição para a construção de barragens à montante.

— Caberá ao órgão fiscalizador competente estipular o prazo para interrupção das atividades das barragens do método à montante ainda existentes.

Major Olimpio destaca empenho para aprovar texto

O senador Major Olimpio (PSL-SP) comemorou a aprovação do projeto que reforça a segurança



da exploração mineral no Brasil. Ele ressaltou o empenho dos senadores para dar uma resposta ao país diante da catástrofe de Brumadinho (MG).

— Com esforço e com um trabalho muito bem realizado, acabou-se dando uma resposta, num único dia, para dizer à população brasileira: acreditem no seu Senado, acreditem na responsabilidade desta Casa — afirmou.

Morador de área de risco é prioridade, diz Canuto

A revisão da política nacional de desenvolvimento, a atuação coordenada para a segurança de barragens e as políticas para moradores de áreas de risco estão entre as principais linhas de ação do Ministério do Desenvolvimento Regional — que aglutinou os antigos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional.

A atuação da nova pasta foi apresentada ontem pelo ministro Gustavo Canuto em audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Canuto esclareceu que o orçamento do ministério caiu 52% entre 2014 e 2019. E disse que a maior dificuldade atualmente é saber onde investir e em que investir, mas garantiu que trabalhará junto aos parlamentares para executar todas as emendas e buscar parcerias.

— A gente precisa ter um olhar cuidadoso, então, o conselho dos senhores é muito bem-vindo.

O ministro ressaltou que moradores de áreas de risco têm tido atenção especial no programa habitacional do governo. Ele informou que Pernambuco, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás são os estados que mais têm pessoas em más condições de moradia e pediu empenho dos senadores para aprovação das propostas nessa área.

— Não podemos fechar os olhos para a situação desses brasileiros, e o investimento público deve ir mesmo para quem mais precisa.

Uma das autoras do requerimento da audiência, a senadora Zenaide Maia (Pros-RN) demonstrou preocupação com a queda do orçamento da pasta e com

a Emenda Constitucional 95, de 2016, que limitou os gastos públicos por 20 anos. A senadora ponderou que o atual cenário da economia do país não será mudado sem que o governo crie meios para a geração de emprego e renda.

Jean Paul Prates (PT-RN) pediu informações sobre o modelo de gestão da integração das bacias do Rio São Francisco.

— Nós queremos saber do governo, quanto antes, como nós, no Parlamento, poderemos ajudar.

Já o líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse que aconselhou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a convidar todos os governadores para discutir, em março, o novo pacto federativo e o fundo que vai alimentar o Plano de Desenvolvimento Regional.

Comissão pede informações a ministro de Minas e Energia

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem um pedido de informações, do presidente do colegiado, Fabiano Contarato (Rede-ES), para o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Entre outras questões, a comissão quer saber quantas barragens existem no Brasil, qual tipo de minério é permitido nas barragens de rejeito, os métodos de expansão das barragens e os graus de risco de cada uma dessas barragens.

Um dos motivos do requerimento é a situação de Pedra Branca do Amapari (AP). Preocupada com a situação de cinco barragens de rejeitos de mineração no município, a prefeitura pediu um laudo técnico à unidade regional da Agência Nacional de Mineração (ANM). Em resposta, o órgão informou que não

teria condições de atender a demanda em função da morte do único servidor capacitado para a função. A comissão quer saber quando será feita a inspeção nas barragens e quais os riscos para a população.

— A demora do poder público pode custar vidas e danos ambientais irreversíveis — apontou Contarato.

Outro requerimento aprovado, de Jean Paul Prates (PT-RN), prevê a realização de audiência para debater a segurança das barragens. A data do debate ainda não foi marcada.

A comissão também aprovou convite ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, para prestar informações sobre a atuação da pasta. Ainda não há data definida para a audiência. O requerimento também é do senador Fabiano Contarato.

Ministra apoia produção agrícola em terra indígena

Em audiência pública ontem, a titular da Agricultura, Tereza Cristina, também contestou dados sobre o uso de agrotóxicos no Brasil

EM AUDIÊNCIA ONTEM na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, defendeu a mudança na legislação para facilitar a produção mineral e agrícola nas terras indígenas. Ela comentou visita que fez a Campo Novo do Parecis (MT), onde participou de um encontro sobre agricultura nas terras indígenas

— O que mais me marcou não foi a agricultura moderna que eles praticam. Foi o que disse o líder da cooperativa. Ele falou: “Antes nós éramos enxotados da cidade, quando íamos a um bar, um posto de gasolina ou a uma loja. Depois que viramos índios produtores, agora somos convidados para entrar nesses estabelecimentos. Porque agora temos dinheiro e somos tratados com dignidade como todos os outros consumidores da cidade”. Esse depoimento me marcou muito — disse a ministra.

Tereza Cristina classificou de injusta a legislação, que, segundo ela, prejudica índios e produtores não índios, “quando são espoliados e expulsos das suas terras”. A ministra afirmou que o Estado precisa agir para tirar a população indígena da “miséria”.

No debate, a senadora Eliziane Gama (PPS-MA) apresentou dados da Fiocruz e da Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo os quais os brasileiros são hoje os maiores consumidores de agrotóxicos no mundo.



Presidente da comissão, Soraya Thronicke ouve as explicações da ministra

— Segundo o levantamento da Fiocruz, cada brasileiro consome por ano, em média, 7,3 litros de agrotóxicos. Isso significa, entre outras consequências, mais casos de câncer e puberdade precoce. Sem falar nas mortes advindas desse consumo. A ONU mostra que 200 mil pessoas morrem por ano por consequências dos agrotóxicos. Enquanto a Europa endurece as regras sobre o uso desses produtos, o Brasil vem facilitando licenciamentos e comercialização — alertou Eliziane.

Anvisa

Eliziane também reclamou do fato de o governo estar atuando para a aprovação do projeto que retira poderes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ibama no processo de análise e licenciamento de agrotóxicos (PL 6.299/2002), ao mesmo tempo em que transfere prerrogativas da agência ao Ministério da Agricultura. Chamado pelos críticos de “PL do veneno”, o texto tramita na Câmara.

Tereza Cristina disse que conhece a pesquisa da Fiocruz e afirmou que não concorda com os números e a metodologia do trabalho.

— Discordo totalmente desses dados, de que os bra-

sileiros consomem 7,3 litros de veneno por ano. Existe uma desinformação e uma maneira de se calcular. Essa pesquisa foi feita por apenas dois pesquisadores, e a forma de se calcular é errônea, o cálculo está errado. É impossível o consumo indicado, nossos produtos são analisados e saudáveis. O consumidor pode ficar tranquilo, não existe produto comercializado sem as chancelas da Anvisa e ambientais. Tanto isso é verdade que a expectativa de vida não para de aumentar — afirmou.

Ela defendeu a aprovação da proposta, afirmando que o texto vai aumentar a segurança dos consumidores, “muito ao contrário do que querem pregar”.

Embrapa

Outra prioridade do ministério, disse, é alterar a legislação relacionada à Embrapa, para permitir que a empresa receba royalties por suas pesquisas.

De acordo Tereza Cristina, a legislação para as licenças ambientais também precisa de mudanças. Ela afirmou que o Brasil deixa de receber investimentos devido a “anacronismos” da legislação. O senador Jayme Campos (DEM-MT) manifestou apoio à ministra.

Policiais poderão conceder medida protetiva na Lei Maria da Penha

Projeto que permite que delegados e policiais decidam, em caráter emergencial, sobre medidas protetivas para atender mulheres em situação de violência doméstica e familiar recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos (CDH). O PLC 94/2018 já foi aprovado na Câmara.

O texto, que segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), também determina que o agressor, se for marido ou pessoa da família, seja imediatamente afastado do lar, quando verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher ou de seus dependentes.

A medida de afastamento deverá ser determinada pela autoridade judicial. Se não houver comarca no município, a decisão caberá então ao delegado de polícia. E se não houver comarca nem uma delegacia disponível no momento da denúncia, o afastamento caberá ao policial que estiver prestando atendimento.

Mais cedo, o colegiado promoveu uma audiência sobre o combate à violência contra a mulher. A coordenadora nacional do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, Soraia Mendes, afirmou que

os direitos das mulheres estão sob ameaça de retrocesso.

Para Soraia, o decreto do governo que facilitou o porte de armas provocará o aumento dos casos de violência doméstica e da morte de mulheres no país.

De acordo com o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018*, foram registrados 221.238 casos de lesões corporais qualificadas como violência doméstica em 2017 enquadrados na Lei Maria da Penha. O *Atlas da Violência 2018* aponta 4.645 assassinatos de mulheres em 2016.

A violência contra as mulheres é mundial, conforme reforçou a embaixadora da Áustria no Brasil, Irene Giner-Reichl. Segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde apresentada por ela, 35% das mulheres no mundo já sofreram violência física ou sexual.

A independência financeira é um dos caminhos para encerrar esse ciclo de violência, disse a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka.

Ela explicou que a Casa criou um programa em que 2% das vagas nos contratos de serviços com empresas terceirizadas com mais de 50 trabalhadores sejam para vítimas de violência doméstica em situação de vulnerabilidade.

Comissão de Constituição e Justiça aprova debate com Sergio Moro

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou convite para uma audiência com o ministro da Justiça, Sergio Moro. A iniciativa partiu do senador Lasier Martins (Pode-RS)

A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), informou que vai entrar em

contato com o ministério para que seja definida uma data.

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) também aprovou uma audiência com o ministro para discutir as propostas de combate à criminalidade, entregues ao Congresso no dia 19.

Texto de Plínio obriga exame médico para entrar em escola

Plínio Valério (PSDB-AM) informou que apresentou projeto de lei prevendo a obrigatoriedade de exame médico às crianças que ingressarem no sistema educacional. A proposta, explicou o senador, vai garantir o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

— A escola tem um papel único para o desenvolvimento da pessoa e para a mudança das condições de desigualdade, pois é pelo conhecimento que se conseguirá a integração à sociedade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Zenaide Maia pede plano econômico e juros baixos

Zenaide Maia (Pros-RN) afirmou que só um plano que gere emprego e renda vai tirar o país da crise.

— Se a economia não crescer, todos os anos governadores estarão na mesma correria em Brasília atrás de empréstimos.

A senadora criticou os juros altos, que, no caso dos cartões de crédito e cheques especiais, passam dos 300% ao ano.

— O maior inimigo dos empresários não são os poucos direitos dos trabalhadores, mas os juros bancários.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Luta das mulheres está longe de acabar, afirma Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse que no Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, não há muito o que comemorar.

Um dos problemas, disse, é a desigualdade entre as jornadas. Ele citou o estudo *Estatística de Gênero*, do IBGE, segundo o qual a mulher trabalha 54,4 horas por semana, 18 no serviço doméstico. Os homens trabalham 51,6 horas, sendo 10 em casa. Mesmo assim, o salário das mulheres com ensino superior é 37% menor do que o dos homens.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alvaro Dias propõe alteração no prazo para pesquisa eleitoral

Alvaro Dias (Pode-PR) disse ontem que apresentou proposta que criminaliza a publicação de pesquisas eleitorais 15 dias antes das eleições. O senador, que concorreu à sucessão presidencial nas eleições de 2018, avaliou que a divulgação desse tipo de pesquisa confunde e leva o eleitor ao equívoco.

— O que estamos tentando é corrigir os erros, porque, ao final do processo eleitoral, nós poderíamos dizer a alguns diretores de institutos que é melhor fechar as portas.



Jonas Pereira/Agência Senado

Dumping chinês afeta produtores de alho, denuncia Selma Arruda

Selma Arruda (PSL-MT) defendeu a produção nacional de alho e reclamou de dumping por parte do governo e de produtores chineses, conforme denunciou o agrônomo Xico Graziano em artigo.

— Aqui no Brasil os importadores estão conseguindo liminares para que essa quantidade de alho importado entre no país sem recolher a tarifa e isso causa ao país uma perda estimada em R\$ 280 milhões por ano. Isso é que se pode chamar de uma torneira jogando dinheiro fora.



Jefferson Rudy/Agência Senado